

RECIPROCIDADE DA SOCIOLOGIA DA DÁDIVA FRENTE À EPISTEMOLOGIA ADOTADA PELO PESQUISADOR

Douglas Henrique de Oliveira
Fadminas

Elvis Magno da Silva
Fadminas

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve reflexão sobre a reciprocidade na Teoria da Sociologia da Dádiva. Para isso, fez-se necessário a formulação de uma questão-problema que deverá ser respondida ao longo do trabalho, que é: como se deu a concepção da reciprocidade da sociologia da dádiva frente à epistemologia dos estudos organizacionais? No tocante a metodologia do trabalho, quanto ao ponto de vista da natureza, é uma pesquisa básica; quanto ao ponto de vista a abordagem, é qualitativa; quanto ao ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa descritiva; e quanto ao ponto de vista dos procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica. Como resultado foi possível observar questões que influenciam na relação da dádiva, seja para reforçar o comportamento ou desestimulá-lo. Por fim concluiu-se que uma contribuição importante deste estudo para as organizações substantivas é o fato de esta sair de um posicionamento utópico e passar a ser encarada como um estudo humanista das organizações.

Palavras-Chave: Sociologia da Dádiva, Reciprocidade, Teoria Organizacional.

1 Introdução

Os Estudos das Organizações são extremamente importantes para os pesquisadores e estudiosos das organizações, assim como a sociologia o é para os sociólogos, ou como a psicologia para os psicólogos. De forma geral, a discussão sobre tal objeto de pesquisa, a organização, é uma discussão epistemológica que busca indicar a influência geral da produção das investigações, seguindo os “paradigmas” diferentes. “Mais recentemente essa discussão se apresentou viça nas mãos dos argumentadores a favor de abordagens multiparadigmáticas”. Desta forma, como resultado destas discussões parecem ser apenas “caixas e *continuum*”, pois os estudos organizacionais se desenvolveram, alheios a tais condições. Os estudiosos tornaram-se limitados por suas próprias caixas e *continuum* (CARRIERI e PAÇO-CUNHA, 2009, p.2-3).

Reed (1999, p.61) complementa este pensamento afirmando que “os estudos organizacionais têm origens históricas nos escritos dos pensadores do século XIX, como Saint-Simon, que tentou antecipar e interpretar as nascentes transformações ideológicas e estruturais geradas pelo capitalismo industrial”. Desta forma, os vínculos históricos dos estudos organizacionais estão intimamente inseridos em um conjunto de trabalhos que ganharam expressão após a segunda metade do século XIX.

Ainda segundo, coloca que quanto aos assuntos epistemológicos, estes têm desempenhado um importante papel no desenvolvimento da teoria organizacional, especialmente nos últimos anos, à medida que a ortodoxia positivista vem sendo preterida por várias escolas de metodologia interpretativa, realista e crítica. Estas tais epistemologias positivistas, radicalmente opostas, legitimam procedimentos e protocolos diferentes, para avaliar as “pretensões de conhecimento” do pesquisador organizacional (REED 1999, p.83-84).

Disto posto, surge como crítica ao paradigma positivista radical, o conceito de Sociologia da Dádiva, que pode ser frutífera para o campo de estudos organizacionais, em especial, das organizações substantivas. A dádiva é a forma de circulação de bens, cujo primeiro objetivo é criar, ou fortalecer os vínculos entre pessoas ou grupos (VIZEU, 2009, p.41).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é apresentar uma breve reflexão sobre a reciprocidade na Teoria da Sociologia da Dádiva. Para isso, fez-se necessário a formulação de uma questão-problema que deverá ser respondida ao longo do trabalho, que é: como se deu a concepção da reciprocidade da sociologia da dádiva frente à epistemologia dos estudos organizacionais?

Para responder a questão-problema, dividiu-se este trabalho em outras quatro seções além desta introdução. Ao final encontram-se também uma conclusão e o referencial bibliográfico. A próxima seção irá tratar da organização burocrática de Weber, a seguir, sobre organizações subjetivas, chegando então a concepção de sociologia da dádiva organizacional e por fim a questão da reciprocidade.

2 Metodologia

Segundo a concepção dos tipos de pesquisa de Silva e Menezes (2005), este trabalho, quanto ao ponto de vista da natureza, é uma pesquisa básica; quanto ao ponto de vista a abordagem, é qualitativa; quanto ao ponto de vista dos objetivos é descritiva; e quanto ao ponto de vista dos procedimentos, é bibliográfica.

Vergara (2000, p.48-49) define a pesquisa bibliográfica como sendo “um estudo sistematizado com base em material publicado e acessível ao público”. A mesma autora define o estudo de caso como sendo limitado a uma ou poucas unidades, entendidas estas como pessoas, organizações, entre outras, com “caráter de profundidade e detalhamento”.

Medeiros (2007, p.49), ainda diz que pesquisa bibliográfica se constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade. E que ainda, exige pensamento reflexivo e tratamento científico. Este se aprofunda na procura de resposta para todos os porquês envolvidos pela pesquisa.

No contexto deste estudo, parte-se do pressuposto do paradigma interpretativo, onde se tem como ontologia que, a sociedade é constituída por seus membros, e a realidade social é formada por momentos de interação realizados pelos atores envolvidos, uma vez que eles são capazes de interpretação e de ações de significados.

A concepção epistemológica parte de dois princípios, sendo eles:

- Conhecimento da interpretação e do significado da ação é somente possível quando se adquire conhecimento sobre os modos pelos quais os atores percebem o mundo e quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações, compreendendo as teorias dos atores via evidências qualitativas;
- Não buscam leis “universais”.

O concebimento deste trabalho seguiu os seguintes passos: elaboração do problema de pesquisa, delineamento do objetivo, levantamento e leitura de artigos referentes ao assunto, escrita do referencial teórico, resultados e conclusões, e confecção do resumo do trabalho.

O embasamento teórico da pesquisa teve como tripé: estudo das organizações burocráticas de Marx Weber, estudo das organizações subjetivas e epistemologia adotada por pesquisadores organizacionais, e um estudo sobre a sociologia da dádiva. Deste tripé foi feito conjecturas, questionamentos e colocações quanto à relação da reciprocidade encontrada nos estudos da sociologia da dádiva.

3 A Organização Burocrática de Weber

A “organização burocrática” é uma abstração no interior de um procedimento epistemológico, uma abstração que não corresponde apenas à idealidade aqui característica do tipo ideal, mas a uma abstração que significa, em uma direção muito específica, o “livrar-se” da idéia de organização das suas formas específicas (CARRIERI e PAÇO-CUNHA, 2009, p.5).

Há muito tempo, a burocracia tem se destacado, ela representa a forma dominante das maiores instituições como, por exemplo, a militar, os Governos, e instituições religiosas. Na forma fundamental de burocracia, está incluso a hierarquia, o controle, e as relações de autoridade (CHILD e MCCGRATH, 2001, p.5).

Child e McGrath (2001, p.5-6) ainda colocam que a teoria convencional do design organizacional estão vinculadas a modernos processos de produção e manufatura. Assume-se ainda que a função primária de organização econômica seja a “produção”.

Dentro deste contexto burocrático de Weber, Medeiros (2006, p.145) fala sobre as características weberianas do modelo burocrático. O autor afirma que segundo Weber, a burocracia seria uma forma de dominação, possuindo um *ethos* racional oriundo da cultura protestante, e os princípios estariam vinculados a sociologia das organizações, que tem como base, a definição de tipos ideais. Estes tipos estariam os de dominação legítima, a saber: dominação racional (legal); dominação tradicional, e dominação carismática.

A concepção de um tipo ideal é um ponto fundamental da doutrina epistemológica de Max Weber. Ela se refere a uma construção parcial da realidade em que o pesquisador seleciona um certo número de características, resalta um ou vários elementos observados e constrói um todo inteligível entre vários outros possíveis. Assim sendo, a formulação de um “pensamento ideal” é uma hipótese. O tipo ideal não é um fim em si mesmo, mas um modelo, como um meio de conhecimento em relação ao qual se analisa a realidade. Sua utilização pode auxiliar a entender aspectos que interessam a uma situação específica em análise, por meio do confronto entre o não-real e o real, entre o idealizado e o empírico (VIEIRA e ZOVAIN, 2004, p.51-52).

O homem administrativo, homem econômico, ou homem racional, faz escolhas ótimas. Quando precisa tomar uma decisão, já tem diante de si todo o conjunto de alternativas, entre as quais fará a sua escolha. A cada alternativa associa-se um conjunto de conseqüências. Assim, o indivíduo que vai tomar uma decisão estabelece uma função-utilidade ou ordem de referencia. Em uma realidade objetiva, é-se necessário uma “racionalidade” objetiva, em que as alternativas reais, as conseqüências reais e as utilidades reais estejam presentes (MARCH e SIMON, p.1979)

Vieira e Zovain (2004, p.53) ainda colocam que Weber elabora uma taxonomia das formas de ação social, e distingue quatro tipos idéias de racionalidades:

- A ação racional no tocante aos fins, que corresponde à racionalidade instrumental, funcional ou técnica, é um tipo de ação consciente, calculada e deliberada;
- Ação racional com relação a um valor, que é uma ação ditada pelo mérito intrínseco do valor que a inspira, e a atenção concedida ao significa do ato em si é maior do que a reflexão sobre as suas conseqüências;
- Ação afetiva, que por sua vez é determinada por estados emotivos do agente e “quase transborda os marcos do caráter social da ação”;
- Ação tradicional, que é aquela estabelecida a partir de costumes consagrados no tempo.

Segundo Ramos (1989, p.1-2), a teoria da organização baseia-se na racionalidade instrumental à ciência social dominante no Ocidente. A racionalidade nada mais é do que a capacidade que o indivíduo adquire “pelo esforço” e que o habita a nada mais do que fazer o “cálculo utilitário de conseqüências”. O funcionalismo de Max Weber à luz de um modelo dogmático de análise estrutural e funcional extrai a noção de variáveis padrão e universais-evolutivos. O autor ainda comenta que Karl Mannheim apoiando-se na perspectivas de racionalidade de Weber, divide-as em dois grupos, a saber: racionalidade substancial (percepção inteligente das inter-relações de acontecimentos), e a racionalidade funcional (qualquer conduta que é reconhecida para atingir uma determinada meta).

Estas conjecturas sobre racionalidade que levaram a compreensão de organizações subjetivas, conforme apresentada na próxima seção.

4 Organizações Subjetivas e a Epistemologia Adotada

Louback, Teixeira, e Bido (2009, p.232) afirmam que Weber ao abordar as racionalidades, inseriu-as no estudo da ação social, entendendo-as como uma ação orientada pelo comportamento dos outros, podendo ser este passado, presente ou esperado como futuro. Estes “outros” podem ser indivíduos e conhecidos, ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas.

Ramos (1989, p.118) explica que a formulação de uma abordagem substantiva para a organização inclui duas tarefas distintas: o desenvolvimento de um tipo de análise capaz de detectar os ingredientes epistemológicos dos vários cenários organizacionais; e o desenvolvimento de um tipo de análise organizacional expurgado de padrões distorcidos de linguagem e conceitualização.

Ramos (1989, p.118) ainda mostra a distinção que Max Weber fazia sobre racionalidade substancial e funcional. Racionalidade substancial é como “um ato de pensamento que revela percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos, numa situação determinada”. Já a racionalidade funcional diz respeito a qualquer conduta, acontecimento ou objeto, na medida em que este é reconhecido como sendo apenas um meio de atingir uma determinada meta. Além disto, que todo aquele que deseja compreender a distinção entre estas racionalidades precisam saber que um alto grau de desenvolvimento técnico e econômico pode corresponder a um baixo desenvolvimento ético. O autor explica que esta última afirmação cabe ser ressaltada, porque existem autores de orientação positivista que parecem admitir a validade da distinção, sem se aperceberem, aparentemente, das conseqüências éticas dessa distinção.

Assim sendo, Vizeu (2009, p.410) define organizações substantivas como organizações preocupadas com a condição humana. Possuem critérios que privilegiam a autonomia, a liberdade de expressão e de ação e a adoção não demagógica da responsabilidade social. E ainda que, os objetivos individuais e os propósitos coletivos são compatíveis e chega-se a esta forma “partindo-se do indivíduo” tentando construir uma organização que possa viabilizar seus anseios.

No concernente a epistemologia adotada, os cientistas sociais dizem que as definições da realidade são aprendidas pelos indivíduos no processo de socialização. Quando novas situações emergem numa sociedade, seus membros normalmente tendem a interpretá-las de acordo com as categorias já existentes. Alguns estudiosos também estão atentos às questões epistemológicas pertinentes à teoria da organização. Dizem que as racionalidades nas condutas ou nas decisões humanas nunca foram uma questão de conteúdo qualitativo intrínseco, mas antes de tudo, questões de ser ou não instrumental para a consecução de objetivos ou fins. E que o homem racional não se preocupa com a natureza ética dos fins por si. É um ser que calcula, decide e controla com precisão, meios adequados para atingir metas, indiferentemente dos valores (RAMOS, 1989, p.118-122).

E que para melhor entender este fenômeno das organizações substantivas, deve-se considerar a sincronia com que estas duas racionalidades se mostram no contexto vivido, algo que, como será indicada a seguir, pode ser investigado a partir da dádiva, uma nova referencia de análise das relações sociais e que congrega essa dualidade de racionalidades de uma maneira dessemelhante. Desta conceitualização de organizações subjetivas, chega-se à sociologia da dádiva.

5 Atual Sociologia da Dádiva Organizacional

Antes da sociedade de mercado, nunca houve uma sociedade em que o critério econômico se tornasse o padrão da existência humana. A presente teoria da organização é, sobretudo, uma expressão

da ideologia de mercado, e é da natureza dessa ideologia negligenciar os pontos envolvidos pela interação simbólica. Na medida em que uma economia de abundância é inconcebível, é correto admitir que, em todo sistema político diferenciado, apenas uma minoria podia ser livre da condição de trabalhadora. Para romper com este teorismo burocrático, fez-se necessário um enfoque substantivo da organização (RAMOS, 1989, p.127-135).

Louback, Teixeira, e Bido (2009, p.229-230) participam do desenrolar deste contexto colocando que para as organizações do Terceiro setor, que estão envolvidas com a promoção do bem comum e suporte social e, por outro lado, não têm pressões para a maximização de resultados econômicos, existiria o pressuposto de que são pautadas por uma racionalidade substantiva, constituindo um espaço adequado, inclusive, para as práticas do voluntariado. E ainda que haja pesquisas em organizações lucrativas e não lucrativas com identificação de racionalidades instrumentais e substantivas.

Neste argumento das organizações substantivas, existe uma clara preocupação com o “estar” do ser humano. Pontos que dão vantagem a autonomia, como, a liberdade de expressão e de ação e a adoção não demagógica da responsabilidade social. A compatibilidade entre os objetivos individuais e os propósitos coletivos, “partindo-se do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios”.

Dentro da mesma conjuntura social e filosófica, surge o conceito de sociologia da dádiva. Vizeu (2009, p.413) explica que a sociologia da dádiva “é uma abordagem que tem por principal fundamento de explicação sociológica a troca-dádiva”. Dádiva pode ser entendida como a forma de circulação de bens (matérias, simbólicos, tangíveis ou não) onde o primeiro objetivo é criar, recriar ou fortalecer os vínculos entre as pessoas ou grupos.

Por tanto, a dádiva tem que ser empreendida sem a garantia de retorno. Isto sugere dizer que a dádiva é uma ‘troca’ recíproca, mesmo quando feita entre desiguais. O vínculo se estabelece através da dádiva devido à tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Entretanto, essa obrigação é paradoxal, para ser eficaz no estabelecimento do vínculo entre doador e receptor, a dádiva deve ser uma atitude espontânea por parte do primeiro. “Apesar de aparentar gratuidade e desinteresse, a dádiva é interessada, um interesse voltado para a reciprocidade de atos de doação gratuita” (VIZEU, 2009, p.414).

Dentro das várias linhas de pesquisa da dádiva, um grupo em particular almejou desenvolver uma epistemologia própria em ciências sociais, centradas nesse fenômeno. Na verdade, esses autores regatam o ponto de vista original de Mauss sobre dádiva, ou seja, aquela que enxergava no fenômeno um potencial explicativo para a própria origem do social (MAUSS, 2001).

Nas sociedades modernas, tende-se a desconsiderar as conjecturas da troca-dádiva em circunstâncias centradas no vínculo, porque se é influenciado pelo nexos mercantil. Quando alguém oferece algo como dádiva, de imediato, a pergunta ‘o que você quer em troca?’ aparece, de forma a destruir o brilho da dádiva. Pois nas trocas mercantis, surgem figuras impessoais e descomprometidas. O fenômeno da dádiva revela um múltiplo sentido para a ação, polarizado, complexo e irredutível a apenas um de seus aspectos. O ponto central da dádiva é que o principal valor considerado não é a utilidade ou o valor do bem trocado em si, mas sim o valor do vínculo firmado a partir da troca. Ou seja, a dádiva é um processo de circulação de bens simbólicos. Como já foi dito, significa que o aspecto fundamental não é o bem em si ou o seu valor utilitário, mas como ele representa o valor da relação (VIZEU, 2009, p.415-416).

6 Questão da Reciprocidade da Teoria da Dívida

O vínculo se estabelece através da dívida devido à tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Todavia, essa obrigação é paradoxal, tendo em vista que, para ser efetiva no estabelecimento do vínculo entre doador e receptor, a dívida deve ser uma atitude natural e instintiva por parte do primeiro. Se considerar o ciclo da dívida a partir da reciprocidade, esta fica mais evidente ao aceitar o bem, o receptor sente-se em dívida, na obrigação de responder este gesto de apreço com outro de igual envergadura. O autor ainda lembra que o gesto de recusar um presente ou uma gentileza, é muitas vezes entendido como um gesto de polidez, e representa a recusa do ciclo da dívida, em o que recusa do bem para não se obrigar a retribuí-lo. Sendo assim, ao recusar o bem, pode-se também estar recusando o apreço (VIZEU, 2009, p.414).

Além disso, deve haver um desequilíbrio entre o valor do bem dado e o valor da sua contrapartida para que a dívida permaneça e se transfira ao iniciador do processo, e o vínculo se mantenha. É nesse sentido que se entende a dívida como uma obrigação livre e, também, como uma prática que obriga a obrigar-se. Um exemplo desta consideração é feito pela troca de presentes por chefes de Estado na abertura de tratados comerciais, em que, “como ato fundador”, se estabelece a confiança mínima necessária para a troca mercantil’ (VIZEU, 2009, p.414).

Exemplos mais corriqueiros do dia-a-dia das pessoas podem ser observados constantemente. Quem nunca se viu obrigado a retribuir um presente de aniversário a alguém devido o fato deste alguém ter-lhe dado um em seu aniversário? Ou quem nunca se viu obrigado a retribuir uma gentileza a outra pessoa pelo fato de ter recebido uma, mesmo que por outro? Questões como estas ocorrem no cotidiano das pessoas. A troca-dívida simboliza que estamos indefinidamente conectados a pessoa que iniciou o processo.

Além disto, a dívida é interessada porque se oferece para uma pessoa específica. Faz muita diferença caso se ofereça algo para alguém importante e famoso ou para uma pessoa comum. Sim como faz muita diferença quando se recebe a dívida de um rei ou de um plebeu. Por exemplo, um autógrafo, se for de um desconhecido, não fará diferença, terá pouca importância, contudo se for de um artista famoso que você respeite ou tenha como ídolo, o comportamento será outro. Porque o aspecto central desse ato de troca é o significado do vínculo que se tem com o receptor.

Desta maneira, diferentemente dos períodos pré-modernos, o estranho na modernidade passa a ser uma referência social central na vida cotidiana. Isso somente foi possível devido à racionalização das relações empreendida com o advento do Estado moderno e com a generalização das relações de mercado, onde o sistema burocrático de organização social representa um tipo ideal para ambas as esferas (WEBER, 1974 *apud* VIZEU, 2009, p.419).

7 Conclusão

Foi visto neste trabalho que a “organização burocrática” é uma abstração no interior de um procedimento epistemológico, uma abstração que não corresponde apenas à idealidade aqui característica do tipo ideal, mas a uma abstração que significa, em uma direção muito específica, o “livrar-se” da idéia de organização das suas formas específicas. (CARRIERI e PAÇO-CUNHA, 2009, p.5).

Que Ramos (1989, p.118) ainda mostra a distinção que Max Weber fez sobre racionalidade substancial e funcional. Racionalidade substancial é como “um ato de pensamento que revela percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos, numa situação determinada”.

Também que nesta conjuntura social e filosófica, surge o conceito de sociologia da dádiva, onde Vizeu (2009, p.413-414) explicou que a sociologia da dádiva “é uma abordagem que tem por principal fundamento de explicação sociológica a troca-dádiva”. Dádiva pode ser entendida como a forma de circulação de bens (matérias, simbólicos, tangíveis ou não) onde o primeiro objetivo é criar, recriar ou fortalecer os vínculos entre as pessoas ou grupos.

Por fim, foi abordado a questão da reciprocidade da sociologia da dádiva, onde o vínculo se estabelece através da dádiva devido à tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Todavia, essa obrigação é paradoxal, tendo em vista que, para ser efetiva no estabelecimento do vínculo entre doador e receptor, a dádiva deve ser uma atitude natural e instintiva por parte do primeiro. (VIZEU, 2009, p.414).

Uma contribuição importante deste estudo para as organizações substantivas é o fato de esta sair de um posicionamento utópico e passar a ser encarada como um estudo humanista das organizações. Pois na sociologia da dádiva, como o próprio Vizeu (2009, p.414) comenta: persiste “um humanismo cosmocêntrico, então antropocêntrico”. Tal humanismo é fundamentado na premissa de que “na origem do fato social, persiste a subordinação dos interesses utilitários à dimensão simbólica”, bem como o substrato da solidariedade humana que sustenta a possibilidade das estruturas sócias.

REFERÊNCIAS

- CARRIERI, A.P.; PAÇO-CUNHA, E. **Notas provisórias sobre o desenvolvimento e a superação dos estudos organizacionais**. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Administração, 33. Anais... XXXIII; ENANPAD, São Paulo, 2009. (CD ROM).
- CHILD, J.; MCGRATH, R.G. **Organizations unfettered: organizational form in a information-intensive economy**. Academy of Management Journal, v.44, n.8; p.1135-1148, 2001.
- LOUBACK, J.; TEIXEIRA, M.L.M.; BIDO, D.S. **Valores organizacionais e racionalidades: uma visita ao terceiro setor**. O&S – Salvador, v.16 – n.49, p.225-246 – Abr/Jun, 2009.
- MARCH, J.G.; SIMON, H.A. **Teoria das organizações**. Rido de Janeiro: FGV; 1979.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- MEDEIROS, P.H.R. Do **Modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal**. O&S, v.13, n.37; Abr/Jun, 2006.
- MEDEIROS, José Adelino. **Estrutura e espaços voltados à inovação e parceria: papel dos pólos e parques tecnológicos**. Tecnológicos e Meio Urbano Artigos e Debates: Organizado por Gina G. Paladino e Lucília Atas Medeiros. Brasília; 2007.
- RAMOS, A.G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV; 1989.
- REED, M. **Teorização organizacional: um campo historicamente contestado**. In CLEGG, s.r.; hardy, c.; nord, w. r. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999, p.61-98.
- SILVA E. L. MENEZES E. M., **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**, 4ª ed. Florianópolis, UFSC, 2005.
- VIEIRA, M.M.F. ZOVAIN, D.M; (Orgs). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV; 2004.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.
- VIZEU, F. **Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas**. O&S – Salvador, v.16 – n.50, p.409-427 – Jul/Set, 2009.